



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

**APORIAS DA SUBJETIVIDADE NA ACEPÇÃO DE ADORNO E SUAS
DECORRÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.**

Vilmar Alves Pereira¹

Carlos RS Machado²

Luiza Mello da Silva³

Paula Castro Almeida⁴

RESUMO: Vários autores tomam a subjetividade como referência nas discussões hodiernas. De certo modo, ela consiste num ponto de clivagem para entendimento da modernidade e seus legados em nossas práticas. A acepção de sujeito que se sustenta nesse contexto é a de portador de sentido ao mundo com possibilidades de intervir nos endereçamentos da humanidade. A prospecção da subjetividade atinge as diferentes dimensões do pensar e do agir humano. Dentre os diversos campos, onde a subjetividade se afirma, fica explícita a sua atuação, na possibilidade de domínio da natureza. Este artigo apresenta, num primeiro momento, algumas limitações da subjetividade, tendo por referência o texto *Sobre Sujeito e Objeto*, de um dos expoentes da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno; num segundo, estabelece algumas relações com a Educação Ambiental. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que se desenvolverá através de uma abordagem histórico, reconstrutiva, analítica e crítica.
Palavras-chave: Aporias. Subjetividade. Educação. Ambiental.

ABSTRACT: Several authors take the subjectivity as reference in present-day discussions. In some ways it forms a cleavage point for modern understanding and their legacies in our practices. The individual's meaning which is sustained in that context, is one of sense bearer to the world. This holds the potential to intervene in humanity's addresses. The search of the subjectivity reaches different dimensions of thinking and human action. Among the several fields where the subjectivity is affirmed, it is explicit its performance, in the possibility of the natural domain. This article presents, in the first instance, some limitations of the subjectivity tend for reference the text. On Subject and Object of one of the exponents of the School of Frankfurt Theodor Adorno; in one moment it establishes some relationships common ground with Environmental Education. This study is a bibliographical research that it will grow through an approach report, analytical and critical structure.

Keywords: Aporias. Subjectivity. Education. Environmental.

¹ Doutor em Educação e Professor de Metodologia da Pesquisa no Instituto de Educação e nos Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental e Educação em Ciências: química da vida e saúde, da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG). Linha de pesquisa: Fundamentos da Educação Ambiental e integrante do Grupo de Pesquisa Política Natureza e Cidade, CNPQ. Contato: vilmar1972@gmail.com;

² Professor Doutor em Educação e de políticas públicas da educação e do PPGEA em Educação ambiental/FURG; Líder do Grupo de Pesquisa Política Natureza e Cidade, CNPQ; contato: karlmac@ig.com.br

³ Acadêmica do curso de licenciatura em História (6º semestre) e Bolsista do CNPq do Projeto de Pesquisa Subjetividade Racionalidade e Educação Ambiental-PPGEA-FURG

⁴ Acadêmica do curso de licenciatura em História (6º semestre) e Bolsista do Grupo de Pesquisa Política Natureza na Cidade.

SITUANDO A DISCUSSÃO

A subjetividade e a noção de sujeito têm sido pontos centrais na discussão e questionamento dos paradigmas das ciências humanas. A fim de promover a verdade sobre a condição humana, vários perfis de sujeitos são traçados: o sujeito do conhecimento, o sujeito psicológico e o sujeito do inconsciente. Paralelamente, a subjetividade, via de regra, vem acompanhada de um “subjetivismo”, ora sendo negada em nome da objetividade científica, a chamada neutralidade, ora avançando em nome de uma constituição estrutural universal do sujeito. No entanto, ambas as concepções, “objetivista” ou “subjetivista” apontam para o mesmo lugar: o sujeito transcendental, a subjetividade individualizante, prisioneira de uma interioridade (MIRANDA, apud SOUZA, 2000, p. 30).

O termo sujeito é oriundo do grego *hypokeimenon* e do latim *subjectum* o qual posteriormente, assume dois significados: o primeiro entende sujeito como “aquilo de que se fala ou a que se atribui qualidades ou determinações; o segundo significando o eu, o espírito ou a consciência, como princípio determinante do mundo do conhecimento ou da ação, ou ao menos como capacidade de iniciativa em tal mundo” (ABBAGNANO, 1998, p. 929). A primeira acepção está mais vinculada ao uso gramatical de sujeito como tema ou assunto de discurso; já a segunda, que aqui nos interessa, atribui ao sujeito essa “capacidade autônoma de relações ou de iniciativas, capacidade que é contraposta ao simples ser “objeto” ou parte passiva de tais relações “ (Idem, ibidem, p. 929).

Dentre os inúmeros pensadores, que se empenham em demonstrar as debilidades da subjetividade pretensiosa, a perspectiva de Theodor W. Adorno (1903-1969) fornece um bom diagnóstico para que possamos observar as artimanhas de uma subjetividade que se ensaia, mas que, neste ensaio, portadora de muita segurança, não percebe o seu próprio retraimento. Os textos de Adorno, juntamente com os de Max Horkheimer e Benjamim, possuem o teor de uma forte crítica ao modo como a racionalidade ocidental (via noção de subjetividade) se impôs como portadora de sentido, almejando oferecer para a humanidade novos estágios de esclarecimentos. Esta denúncia aparece com muita veemência na obra *Dialética do Esclarecimento*. Nela, Adorno e Horkheimer demonstram que a racionalidade ocidental, ao pretender, desde seu nascimento, superar o mito, cai numa espécie de “*aporia*”, pois segue a perspectiva de domínio que já estava intrínseca no próprio mito, convertendo-se ela própria num novo mito. Um mito que se encontra ancorado numa noção de razão que, ao ensaiar-se, instrumentaliza-se. No bojo desse processo, Adorno também identifica uma noção de subjetividade debilitada por almejar o domínio da natureza e de todos os objetos.

O desencanto de Adorno, com essa falsa noção de sujeito, aparece no conjunto de suas obras, especificamente num texto escrito em junho de 1969, *Sobre sujeito e objeto*, onde

é possível retirar elementos importantes para justificar a referida crítica à subjetividade moderna. Em todo o texto, Adorno aponta algumas limitações da subjetividade pretensiosa.

Ao iniciar o texto, afirma que uma primeira dificuldade que encontramos quando pretendemos discutir sujeito e objeto trata-se de suas terminologias que assumem mais de que um sentido: “Assim, sujeito pode se referir tanto ao indivíduo particular [*einzelne Individuum*] quanto a determinações gerais; de acordo com os termos dos *Prolegômenos Kantianos*, à consciência geral” (ADORNO, 1995, p. 181). Em seu entender essas duas acepções são interdependentes. Nesse sentido: “não é possível excluir mentalmente o momento da individualidade humana [*Einzel menschlichkeit*] – chamada egoidade por Schelling – de qualquer conceito de sujeito; se não fosse indicada de alguma maneira, o sujeito perderia todo o seu sentido” (Idem, ibidem, p. 181).

O mesmo acontece para Adorno em relação ao conceito de indivíduo que, de humano singular, necessita transformar-se em expressão universal, caso contrário, ficaria debilitado por carecer de sentido. O próprio homem particular necessita, segundo Adorno, de uma generalização. Afirma que isso não ocorre somente com os conceitos de sujeito e indivíduo. Essa exigência pela universalidade é uma exigência que se encontra implícita até mesmo nos nomes próprios.

Adorno alerta que, através dessa tentativa de definir os termos, podemos cair numa espécie de *aporia*. Afirma também que essa problemática nos remete diretamente à filosofia moderna, cuja referência nesse debate é Kant. Entende ainda que esses dois termos resistem por si sós a uma definição, pois defini-los consiste em objetivá-los. O que não se pode negar é que existe uma separação entre sujeito e objeto e que é oriunda de uma teoria do conhecimento. Essa separação carrega, em si, certa necessidade; ou, dito de outro modo, é proposital, pois, para Adorno: “uma vez radicalmente separado do objeto, o sujeito já reduz este a si; o sujeito devora o objeto ao esquecer o quanto ele mesmo é objeto” (Idem, ibidem, p. 181).

Adorno também entende que essa pretensa identificação de sujeito e objeto é pura mentira, pois na verdade o que vemos é a afirmação do sujeito em detrimento do objeto. O predomínio do sujeito na teoria do conhecimento possibilita que a razão defina, no cenário moderno, as novas diretrizes da sociedade. Para Adorno, essa não é uma relação de respeito (na tentativa de definição dos termos), mas é uma relação de dominação.

Prosseguindo, Adorno retoma o ponto central da teoria do conhecimento, que são as acepções de sujeito. Partindo do referencial kantiano,

Entende-se por sujeito o mesmo que sujeito transcendental. Segundo a doutrina idealista, o sujeito transcendental, ou constrói kantianamente o mundo objetivo partindo de um material não qualificado, ou então, desde Fichte, engendra-o pura e simplesmente. Não foi preciso esperar pela crítica ao idealismo para se descobrir que este sujeito transcendental, constitutivo de toda a experiência de conteúdo, é, por sua vez, abstração do homem vivo e individual (Idem, ibidem, p. 184).

No entender de Adorno, esse foi o ponto de referência das filosofias idealistas que, gerando uma nova identidade de sujeito, demonstrou uma capacidade imensurável de produzir e dominar a realidade. Note-se que,

Quanto mais os homens individuais são reduzidos a funções da totalidade social por sua vinculação com o sistema, tanto mais o espírito, consoladoramente, eleva o homem, como princípio, a um ser dotado de atributo da criatividade e da dominação absoluta (Idem, ibidem, p. 184).

Adorno vai demonstrando como a subjetividade moderna ensaia-se e permite, desse modo, a perda da identidade do indivíduo mediante as necessidades econômicas e ideológicas, que reivindicam a nova identidade do sujeito racional e objetificador. Aliás, nesse modelo, segundo a lógica do idealismo: “na doutrina do sujeito transcendental, se expressa fielmente a primazia das relações abstratamente racionais, desligadas dos indivíduos particulares e seus laços concretos, relações que têm seu modelo na troca” (Idem, ibidem, p. 186).

É muito interessante que todo esse crédito concedido ao sujeito transcendental, pode se converter, na perspectiva adorniana, em seu contrário. Ou seja, quando o sujeito seguro de si pensou que havia dado sentido ao mundo e que teria conquistado o universo, não se deu conta de que tudo o que fizera não conseguiu levá-lo a uma garantia da subjetividade e de suas *teleologias*, mas, ao contrário, o que ocorreu de fato, nesse processo, foi a primazia do objeto. Nesse sentido, o sujeito, ele próprio fascinado pelo domínio da subjetividade, acaba esquecendo-se de si e gerando uma nova relação: “a crua confrontação de sujeito e objeto é, sem dúvida, historicamente necessária e nenhum ato de vontade pode eliminá-la. Mas é, ao mesmo tempo, um produto de uma falsa abstração e já se constitui em elemento da coisificação” (Idem, ibidem, p. 187).

Adorno entende que, nesse processo, o sujeito perde a sua capacidade mediadora e acaba reduzindo as suas capacidades, proporcionando a primazia do objeto. Afirma também que o objeto ocupa uma função de mediação, mas que isso não está diretamente relacionado ao sujeito, mas à objetividade. Com isso, Adorno está demonstrando o grande equívoco de uma teoria que, ao dar preferência ao sujeito cognoscente e a sua capacidade de domínio sobre o objeto, o idealismo acaba caindo numa *aporia*: a do sujeito coisificador. Nesse movimento, o que predomina é a objetivação e não a liberdade do sujeito que, negando o

indivíduo, não se dá conta de que ele próprio está restrito ao domínio de uma racionalidade objetivadora, deixando de ser um mediador, mas transformando-se em falsa abstração. Nesse sentido, a crítica de Adorno é muito pertinente ao afirmar que “o idealismo ignorou esta diferença e, com isso, embruteceu uma espiritualização sob a qual se disfarça a abstração” (Idem, *ibidem*, p. 184).

Tendo perdido essa função de ator principal, e sem se dar conta que havia dado primazia ao processo de objetivação, para Adorno há um único caminho para que o sujeito supere essa condição de malogro: “somente a tomada de consciência do social proporciona ao conhecimento a objetividade que ele perde por descuido enquanto obedece às forças sociais que o governam, sem refletir sobre elas. Crítica da sociedade é crítica do conhecimento e vice-versa” (Idem, *ibidem*, p. 189).

O sujeito que, ao dar preferência ao processo objetificador, não notou que “este altera qualitativamente as opiniões da consciência coisificada que cultiva uma relação sem atritos com o subjetivismo” (Idem, *ibidem*, p. 190). Para Adorno, há, nesse processo, uma redução das pretensões do sujeito idealista e de sua capacidade criadora do espírito. Há, na verdade, uma profunda inversão: “aquilo que se apresenta sob o nome de fenomenalismo; que nada se sabe senão através do sujeito cognoscente, aliou-se desde o giro copernicano ao culto do espírito. Ambos são fundamentalmente modificados pelo conhecimento da primazia do objeto” (Idem, *ibidem*, p. 190-191).

Adorno entende que essa pretensão do fenomenalismo gerou uma ilusão, pois o sujeito não se reconhece como portador de sentido: “ilusão é o encantamento do sujeito em seu próprio fundamento de determinação; sua posição como verdadeiro ser” (Idem, *ibidem*, p. 191). Para Adorno, essa ilusão é necessária no sentido de demonstrar todo esse processo de ofuscamento que a falsa consciência subjetiva produz. No entanto, ela também produz o aprisionamento do próprio sujeito.

Demonstrando essa inversão axiológica que a ideologia iluminista produz, por se converter ao seu contrário, é possível constatar que:

O pensamento da identidade, imagem encobridora da dicotomia imperante, já não se dá mais ares de absolutização do sujeito na época da impotência subjetiva. Em seu lugar, forma-se um tipo de pensamento da identidade, aparentemente anti-subjetivista, cientificamente objetivo: o reducionismo, dizia-se do jovem Russel que ele era neorealista (Idem, *ibidem*, p. 192).

Esse processo de alienação e de malogro do sujeito portador de sentido em relação ao objeto, para Adorno aparece de forma evidente no pensamento kantiano, pois, “kantianamente, o objeto é aquilo que é posto [*Gesetzte*] pelo sujeito, o tecido formal

subjetivo lançado sobre algo desqualificado; finalmente aquela lei que, por sua referência subjetiva, reúne no objeto os fenômenos desintegrados” (Idem, *ibidem*, p. 195). Adorno afirma que, ao pretender expandir essa relação de sujeito cognoscente a uma experiência universal, Kant eleva o objeto (que é não idêntico) ao nível de idêntico, esquecendo-se de que “o sujeito erige-se através de sua pretensão de supremacia sobre o objeto e, com isso, engana-se sobre o objeto. Como verdadeiramente não idêntico, o objeto é tanto mais afastado do sujeito quanto mais o sujeito constitui o objeto” (Idem, *ibidem*, p. 195).

Longe daquela imagem moderna, de um sujeito que reúne em si todas as capacidades para definir os objetos, Adorno compreende que, nessa primazia do objetificação, o sujeito não existe: “ele já é objeto na medida em que esse há implícito na doutrina idealista da constituição tem que haver sujeito para que este possa constituir qualquer coisa que seja, foi tomado por sua vez, da esfera da facticidade” (Idem, *ibidem*, p. 196). Adorno entende que esse desaparecimento é consequência da sua perda de liberdade que ocorre mediante o seu aprisionamento nas objetivizações. Isso cria uma representação (aparência) ilusória e dicotômica do sujeito, pois também é, ao mesmo tempo, um ser histórico. De fato, é uma acepção antagônica de uma subjetividade que se ensaia e, ao fazer isso, se retrai e se aniquila.

Em aspectos amplos, identificamos Adorno como crítico da racionalidade que criou e legitimou a identidade do sujeito metafísico e objetivador. Num processo fascinante de desvelar as artimanhas do sujeito metafísico, a partir da interpretação desse autor, caem as máscaras de um sujeito que se constituiu sobre o malogro (engano, mentira) e sobre as ilusões dos padrões e convenções das instituições que negaram a verdadeira identidade do sujeito. Que decorrências esse discurso causa na relação subjetividade e educação ambiental? Esse é o próximo passo de nossa investigação.

SUBJETIVIDADE, NATUREZA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O homem contemporâneo vive profundas dicotomias. Dificilmente se considera um elemento da natureza, mas como um ser a parte, observador e/ou explorador da mesma (REIGOTA, 2006, p.11).

A leitura de Adorno demonstra não só as debilidades da subjetividade, mas também as aporias que ela cria para si própria. No que concerne a relação homem-natureza fica evidente essa perspectiva. Sentindo-se superior a ela o homem desenvolve estratégias causadoras de uma série de anomalias. As decorrências desse processo são facilmente identificadas nas múltiplas faces da atual crise ambiental que vivenciamos. A perspectiva de domínio da subjetividade portadora de sentido criou um grande distanciamento entre o

homem e a natureza. De certa forma, ao distanciar-se, também se permitiu objetificá-la, pois, afinal, não se sentia parte integrante dela. Essa postura pode ser identificada nas inúmeras relações que mantivemos e mantemos com a natureza. Não apenas com a natureza física, como também com a natureza humana. Por exemplo, na educação tradicional, a relação professor x aluno pode ser identificada (na abordagem tradicional) como relação de domínio.

A filosofia da história mostrou-se em que medida o domínio da natureza, que o homem teve que exercer desde os primórdios da história, mediante o seu saber, para poder sobreviver ao poder desmesurado da natureza, não deixa intocado nenhum âmbito de sua vida – até num ponto de inflexão, onde o fazer humano atinge um grau de consideração a todo o resto, reproduzindo na sociedade a selvageria do mundo físico. Disso fazem parte também, as ciências naturais, a medida que agem cegamente subordinadas a ânsia pelo lucro do capitalismo tardio. Mas também os relacionamentos humanos são preferencialmente atingidos por ele, onde – ao lado da clássica exploração econômica do homem pelo homem- a dominação sobre a natureza se espelha no interior das relações sociais (DUARTE, 1993, p. 185).

Como vimos, Adorno demonstra, com propriedade, as faces e os malogros que a própria subjetividade cria para si própria na tentativa de autoafirmar-se. No entanto, é importante salientarmos que essa discussão possui raízes históricas no dualismo que envolve a natureza a partir da perspectiva kantiana. Kant concebia a existência de duas naturezas: a natureza interior dos seres humanos, que se referia as suas paixões cruas, e a natureza exterior entendida como o ambiente social e físico no qual os seres humanos viviam.

De acordo com Smith, (1987), essa perspectiva dualista de natureza perpassa por várias concepções, inclusive de cunho teológico, quando compreende a existência de uma natureza exterior, criada por Deus, e uma natureza humana, que pressupõe que os seres humanos são tão naturais quanto os demais fatores externos da natureza. Conforme esse autor, essa segregação dualista aparece já em Francis Bacon, que concebia a natureza como algo exterior à sociedade humana, pressupondo uma separação entre natureza e sociedade; isso no surgimento da ciência moderna a partir da necessidade de uma universalização e harmonização da natureza no intuito de ser realizada a vontade divina; e em Rousseau na defesa da bondade natural em contraposição a natureza corrompida. Apenas para lembrar grandes expoentes que tematizam essa questão. Para Smith, em todos há traços teológicos que interferem diretamente na concepção de natureza, distanciando-a de uma aceção de natureza histórica. Somente com Karl Marx (século XIX) é que aparece a defesa de uma a unidade entre natureza e história, ou entre natureza e sociedade, pois entende que a natureza não pode ser concebida como algo exterior à sociedade, visto que esta relação é um produto histórico.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*⁵ de Marx, podemos encontrar diferentes referências sobre a natureza. A natureza é citada por Marx como a “natureza inorgânica”, o “mundo exterior sensível”, o “mundo externo”, a “matéria do trabalho”, “meio de trabalho” e “meio de vida”, “objeto de trabalho” e “meio de subsistência do trabalhador”. Já neste momento poderíamos dizer que, seria algo, um meio, objeto, o mundo exterior ao homem, aos humanos.

O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (*sinnliche*). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz. Mas como a natureza oferece o meio de vida, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, o meio de vida no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do trabalhador mesmo (MARX apud ANTUNES, 2004, p.178)

Segundo Marx, no capitalismo, quanto mais “o trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida” (MARX, apud ANTUNES, 2004, p.178). No caso, Marx estaria se referindo aos conteúdos dos processos históricos e filosóficos na história da humanidade, quando os humanos “saem” da natureza, e já em termos mais recentes (leia-se nos últimos milênios) produz, transforma e cria, a partir da matéria natural, coisas novas, como sociedades, sistemas políticos e processos econômicos diversos. No núcleo filosófico da questão, diríamos – ou interpretaríamos – que tal processo de “se apropriar” da natureza é também um processo de produção da separação dele (homem) enquanto ser da natureza. Diz o autor que tal processo desenvolve-se num “duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador” (Idem, p.178)

Tal processo, caracterizado como “estranhamento”, enquanto subjetividade e concepção, teria seus fundamentos materiais na separação dos humanos dos meios e objetos de trabalho, do homem consigo mesmo e no processo de trabalho. Neste caso, a partir dos autores da economia clássica, sistematizada por Marx nos capítulos anteriores a esta parte dos *Manuscritos*, poderíamos deduzir que seria o próprio processo em desenvolvimento no/do capitalismo a base material concreta de tais conclusões filosóficas. Diz Marx então:

⁵ Karl Marx. *Manuscritos econômico-filosóficos* (fragmento da parte final), escrito entre março e setembro de 1844, em Paris. Ver, edição Boitempo, São Paulo (tradução de Jesus Ranieri, UNESP). Este texto foi publicado em ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do Trabalho – escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Examinamos o ato do estranhamento da atividade humana prática, o trabalho, sob dois aspectos. **1)** A relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente. **2)** A relação do trabalho com o ato da produção no interior do trabalho. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. “A energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele”. [...] [Haveria ainda], [XXIV] “**uma terceira** determinação do trabalho estranhado a extrair das duas vistas até aqui. O homem é um ser genérico (Gattungswesen), não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa - quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser universal, [e] por isso livre. (MARX, apud ANTUNES, 2004, p.180)

Portanto, se ao início do texto, Marx relaciona a transformação da natureza através do trabalho pelos humanos, neste ele avança no focar o homem na relação “com o produto do trabalho como algo estranho e poderoso sobre ele”; da relação “do trabalhador com a própria atividade”, e diríamos, na própria atividade e no processo em que essa se desenvolve; e por fim, da “relação do homem consigo mesmo” enquanto ser genérico ou gênero humano como um ser universal, livre.

Do apelo de Marx na defesa de uma unidade entre natureza e história muitos avanços ocorreram, mas é lamentável que não se deram na melhoria dessa relação homem-natureza. Já se passaram quatro décadas da reunião do “Clube de Roma” (1968), até chegarmos a Copenhague (2009), que a mesma temática é a pauta principal dos grandes encontros que discutem a relação de domínio homem-natureza: “a humanidade deve investir numa mudança radical na mentalidade de consumo e procriação [...] o homem deve examinar a si próprio, seus objetivos e valores [...] o ponto essencial da questão não é somente a sobrevivência da espécie humana, porém ainda, a possibilidade de sobreviver sem cair em um estado inútil de existência” (REIGOTA, 2006, p.11).

Sabemos que essa preocupação inicia, sim, no século XX, de forma mais contundente. No entanto, as práticas predatórias iniciam há muito mais tempo. Essa relação objetivadora acentua-se principalmente na modernidade. Diferentes teorias legitimam essas práticas. É na modernidade que o homem, assumindo-se como sujeito, se concebe superior à natureza. Os séculos XVIII e XIX apresentam sinais evidentes sobre a forma como o homem identifica na natureza as possibilidades de lucro e de progresso. É também nesse contexto que a natureza humana passa a ser explorada como uma das dimensões do capitalismo ascendente.

Aliada a esse processo, a racionalidade que prepondera é a racionalidade instrumental (herança da perspectiva positivista).

Após tantas crises ambientais e os sinais evidentes de o sujeito “tomou o bonde errado da história”, analisando hoje esse cenário, temos um legado muito comprometedor: devemos praticar novas reaprendizagens, sob a ameaça de extinguirmos a própria existência humana. Sentindo nos sujeito há vários séculos e nos utilizando da lógica da racionalidade instrumental colonizadora, é que criamos para nós mesmos essa aporia. Urge uma mudança de postura que transcenda a lógica antropocêntrica e predatória. Desse modo um:

Cuidado todo especial merece nosso planeta Terra. Temos unicamente ele para viver e morar. É um sistema e superorganismo de complexo equilíbrio, urdido ao longo de milhões e milhões de anos. Por causa do assalto predador do processo industrialista dos últimos séculos esse equilíbrio está prestes a romper-se em cadeia. Desde o começo da industrialização, no século XVIII, a população mundial cresceu oito vezes, consumindo mais e mais recursos naturais; somente a produção, baseada na exploração da natureza, cresceu mais de cem vezes. O agravamento deste quadro com a mundialização do acelerado processo produtivo faz aumentar a ameaça e, conseqüentemente, a necessidade de um cuidado especial com o futuro da Terra (BOFF, 1999, p.133).

O ser humano, por se sentir “um ser a parte” (sujeito), demorou em dar-se conta das mudanças drásticas de ambiente que ele mesmo criou. O sujeito concebia a natureza a partir de uma posição de subserviência. O cenário atual é preocupante e alerta para a insustentabilidade desse paradigma objetificador:

Estamos hoje obliterando ou degradando os últimos ecossistemas intactos e exterminamos assim anualmente dezenas de milhares de espécies que nunca voltarão. Aceleramos a perda generalizada da produtividade presente e futura do solo pela erosão incontida e pelo envenenamento generalizado dos métodos brutais da agroquímica; desequilibramos todos os grandes e pequenos sistemas hídricos, acentuando as estiagens desoladoras e as cheias catastróficas; pela poluição desenfreada, perderemos em breve a potabilidade dos últimos mananciais e preparamos a eliminação de todas as formas de vida aquática, inclusive nos oceanos (LUTZENBERGER, 1991, p. 14).

Se a postura objetivista não produziu bons resultados, é necessário, pela educação ambiental, assumirmos novas posturas. Transcender a relação sujeito-objeto e criarmos um novo código de ética com a natureza, sentindo-nos parte integrante dela. Isso pressupõe o alargamento sobre o que consiste a educação ambiental:

A educação ambiental vai muito além do conservacionismo. Trata-se de uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida, que está diretamente ligado ao tipo de convivência que mantemos com a natureza e que implica atitudes, valores, ações. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada, com o contexto, com os outros, com o ambiente de trabalho doméstico (GADOTTI, 2000, p.96).

Assistimos a isso com tristeza, mas, ao invés da conscientização o que prepondera é a perspectiva subjetivadora ainda. Isso ficou evidente em Copenhague, com todos os clamores por atitudes ecologicamente corretas. Vimos que as classes dirigentes reduziram a questão do futuro da humanidade em um problema de gestão “economicamente eficiente” dos recursos naturais, em particular energéticos. A lógica que sustenta esse paradigma de gestão é a lógica de mercado, sempre orientada pela racionalidade estratégica voltada a fins. Nesse caso, os fins são evidentes. A frustração da população mundial, com Copenhague, foi reforçada, quando o foco das discussões tangenciou sobre a energia e os mercados, deixando as outras metas como secundárias. Assim criam-se termos focados essencialmente na lógica mercantilista como “mercado regulado de créditos de carbono”. Como decorrência desse processo: “Essa mercantilização do ar e do clima deu luz a inumeráveis instrumentos financeiros” (POTRELLA, 2009, p.11).

A educação ambiental denuncia essas posturas de um sujeito que mesmo depois de tantos sinais evidentes da crise global do meio ambiente ainda continua com a perspectiva antropocêntrica e predatória. Sugere a reeducação inclusive do nosso olhar:

Reeducar o olhar significa desenvolver a atitude de observar a presença de agressões ao meio ambiente, criar hábitos alimentares novos, observar o desperdício, a poluição sonora, visual, a poluição da água e do ar etc. e intervir no sentido de reeducar o habitante do planeta (GADOTTI, 2000, p. 132).

CONSIDERAÇÕES E ALTERNATIVAS

Aproximando a leitura de Adorno da temática ambiental, fica confirmado que a educação ambiental não pode ser pensada a partir da concepção de sujeito de corte moderna. Este estudo evidencia a grande *aporía* que o próprio sujeito, sem dar-se conta, cria para si, demonstrando desse modo como essa perspectiva é debilitada e deficitária.

Consideramos uma alternativa viável o entendimento de Habermas (1990), quando afirma que essas fragilidades apontadas por Adorno começam a ser percebidas já no interior da modernidade. Em sua opinião, o pensamento metafísico vigente até Hegel está coadunado com esse pensamento da identidade, consumado por uma filosofia da consciência. No entanto, para Habermas, esse pensamento já é posto em questão pelo novo tipo de racionalidade metódica e pelas formas de experimentação que se impõem ainda no século XVII.

Entende que outras fragilidades manifestam-se com a emergência das ciências histórico-hermenêuticas, que trazem em seu bojo novas reivindicações, principalmente as de que, uma consciência histórica não admite mais aquelas dimensões de finitude tão bem desenvolvidas e apontadas pelo idealismo; outro fator importante, apontado por Habermas, é

que a partir das práticas e dos processos de objetivação que se inserem inclusive nas formas de relacionamento, há o aparecimento e a necessidade de um deslocamento da filosofia da consciência para a filosofia da linguagem. E, por fim, Habermas destaca mais uma necessidade: a do agir comunicativo a partir dos contextos cotidianos negados pelo modelo metafísico.

Os fundamentos que se desestabilizam nesse contexto dizem respeito aos princípios logocêntricos, pedagógicos, econômicos, culturais, políticos, que coroaram a modernidade como “novos tempos”, a partir dos quais seriam alcançados os grandes anseios da humanidade. É, na verdade, a manifestação dos efeitos de uma crise na crença profunda em valores emancipatórios.

De fato, as oposições a esse modelo surgiram no próprio interior da modernidade. É o caso de Rousseau que, no *Discurso sobre as ciências e as artes*, apresenta sérias suspeitas sobre os critérios, nos quais a arte e a ciência estavam se fundamentando. Mas, ao apontarem qualquer tipo de oposição, os pensadores modernos ofereciam outra solução. Há uma espécie de *telos* intrínseco nos postulados da maioria dos pensadores modernos.

Há também quem afirme que a metafísica errou por ignorar as condições humanas de produção e aplicação do conhecimento. Para Santos (1987), a crise deste paradigma dominante está diretamente vinculada a uma opção de um modelo que é o das ciências exatas, disseminado e seguido na produção do conhecimento científico, que invadiu e ditou regras de conduta nas mais diferentes esferas do agir cotidiano no contexto da modernidade. Hilton Japiassu afirma a mesma coisa, em *Nascimento e Morte das Ciências Humanas*. Erramos, quando optamos pela metodologia das ciências exatas, e a aplicamos nas condições de vida humana. Adorno e Horkheimer, também, identificam essas lacunas da racionalidade ocidental, na *Dialética do Esclarecimento* quando afirmam que, desde o mito, que continha em seu bojo a necessidade de domínio da natureza, a racionalidade após ele implementada, já nasce viciada. Ela prioriza sempre o domínio, de modo que ela, ao invés de atingir a emancipação, converte-se num novo mito. Weber vai apontar, como equívoco, o uso de uma racionalidade estratégica direcionada a fins, que criou as condições do próprio aprisionamento do homem que constrói para si a sua “gaiola de aço.”

A crise do sujeito moderno está associada à crise de um paradigma que já apresenta várias anomalias, como afirmava Thomas Kuhn, e que, a partir das mesmas, as demais consequências seriam a crise e a revolução que preparariam o surgimento de um novo paradigma. Mas qual é o sujeito que está em crise? Na verdade, é esse sujeito que

descrevemos até então, como “ator principal” nas metanarrativas modernas. É o sujeito “transcendental” que ocupa, em toda a modernidade, o centro das questões tanto pedagógicas quanto epistemológicas. É o sujeito portador de sentido para si e para o mundo pela capacidade de representação como afirma Kant entre outros.

Na verdade, apontar para o esquecimento desse sujeito (como afirma Adorno), significa pressupor a descrença nas concepções mais remotas que vinham desde Platão e que (na modernidade) acreditaram ter alcançado o seu ápice. O sujeito que estamos apontando para o esquecimento, é o sujeito que se constituiu com unidade racional e que, dessa forma, ocupou o centro de todos os processos sociais. É o sujeito, concebido como unidade indivisível e portador de uma singularidade ímpar. É o sujeito objetificador criador de imagens do mundo, através do malogro e do uso de uma racionalidade voltada a fins. É o sujeito metafísico denunciado por Nietzsche. É o *subjectum*, que pretendia reunir tudo em torno de si, mas, ao operar com essa lógica, acabou esquecendo o verdadeiro sentido do ser. É o sujeito pretensioso em ser o portador de sentido e de autocertificação da realidade. É o sujeito do *cogito* cartesiano que opera com uma racionalidade calculista, oriunda do método das ciências exatas. É o sujeito que, para se conservar, utiliza o poder e o malogro, como afirma Nietzsche. É aquele sujeito que acreditava ter em si as condições necessárias para indicar as teleologias da humanidade. É o sujeito seguro de si, kantiano, que visava à maioria como superação de toda e qualquer dependência. É o sujeito que criou um discurso de natureza e de infância, a fim de justificar os anseios de formação e emancipação de uma sociedade livre, igualitária e feliz. De certo modo criador de utopias e fonte de realização.

O reconhecimento de que esse sujeito não está mais ancorado em um “porto-seguro”, não é uma novidade do século XXI. Aliás, como entende Hermann, juntamente com outros autores, esse processo de fragmentação começa a sinalizar bem mais cedo do que pensamos:

A partir do século XIX, esse ponto ou objetivo fundamental, torna-se problemático, pois se estabelece uma contradição entre objetividade e subjetividade, entre personalidade e as condições sociais objetivas. Já no século XX, as análises inspiradas na filosofia de Horkheimer, Adorno, Heidegger e Foucault contribuem decisivamente para mostrar as dificuldades de constituição do sujeito autônomo (HERMANN, 1999, p.54).

Como apontamos no presente texto a educação ambiental deve seguir uma outra lógica, mais integradora da subjetividade, nas múltiplas relações que estabelecemos com o meio, onde desde já nos situamos. Para enfrentar esse desafio é que criamos, na FURG, o projeto de pesquisa em andamento, *Subjetividade racionalidade e educação ambiental*, que investiga o conceito de racionalidade que sustenta a constituição da subjetividade moderna e

procura demonstrar como existe uma estreita vinculação entre esses dois conceitos. Desse modo, a partir do aporte teórico da *Teoria Crítica (Escola de Frankfurt)*, procura demonstrar também os legados dessa matriz epistemológica para afirmação e justificativa do sujeito portador de sentido ao mundo. Tendo por referência o conceito de racionalidade instrumental propõe-se a estabelecer aproximações com o terreno da educação ambiental.

No contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, a partir desse horizonte, estamos buscando discutir as estratégias da subjetividade ancorada na racionalidade instrumental, para explicar a relação de domínio homem-natureza. A perspectiva teórica que sustenta essa pesquisa, num primeiro momento, vai desde os pensadores clássicos da Teoria Crítica: Adorno, Horkheimer, Benjamin e Habermas; num segundo, para tematizar a questão subjetividade, busca-se apoio em Descartes, Kant e Nietzsche. Trata-se de uma pesquisa histórico, reconstrutiva, analítica e crítica que analisa as patologias e as potencialidades no processo educacional vigente, propiciando novas leituras à educação ambiental.

Estudos até então realizados demonstram o potencial fecundo e profícuo da Teoria Crítica para pesquisas em educação. Nesse sentido, sugerimos como alternativa a abordagem da educação ambiental a partir do paradigma da intersubjetividade e da racionalidade comunicativa. Acreditamos, dessa forma, numa outra perspectiva pedagógica e ética, que transcende a ética dominante, almejando novos consensos, a formação do educador que em seu mundo da vida, desde já, encontra-se envolvido com questões ambientais. Aproximando-se mais ainda do terreno da educação ambiental, também buscamos apoio em pensadores brasileiros que discutem a educação ambiental, como Gadotti e Boff, que evocam nova relação homem-natureza, como apresentamos neste texto.

REFERÊNCIAS:

- ABBAGNANO Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 929.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução Wolfgang L.M. São Paulo: Paz e Terra. 1995.
- _____. Sobre Sujeito e Objeto, In: _____. *Palavras e Sinais: modelos críticos*. Tradução Maria Helena Ruschel; Supervisão de Álvaro Valls. Petrópolis, RJ: Vozes 1995.
- _____. *Palavras e Sinais: modelos críticos*. Tradução de Maria Helena Ruschel; Supervisão de Álvaro Valls. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BICCA, Luiz. *Racionalidade Moderna e Subjetividade*. São Paulo: Loyola, 1997.
- DESCARTES, René. *Discurso do método; As paixões da alma/* Introdução de Gilles-Gaston Granger; Prefácio e notas de Gérard Lebrun; Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Junior. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 8 ed. São Paulo: Gaia, 2003.
- DUARTE, Rodrigo Antônio de Paiva. *Mímesis e racionalidade: a concepção de domínio da natureza* em Theodor W. Adorno. São Paulo: Loyola, 1993. (Coleção filosofia: 29).
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- GIACÓIA Junior Oswaldo. *Sonhos e pesadelos da razão esclarecida: Nietzsche e a modernidade*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1990.
- HERMANN, Nadja. *Validade em educação: intuições e problemas na recepção de Habermas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- JAPIASSU, Hilton. *Nascimento e morte das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- KANT Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- _____. *Sobre a Pedagogia*. Tradução Francisco Cocke Fontanella. 2 ed. Piracicaba: UNIMEP, 1999.
- LUTZENBERGER, José. *Gaia o Planeta Vivo*. Porto Alegre: Editora L&pm, 1991.
- Karl Marx. Manuscritos econômico-filosóficos In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do Trabalho – escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- MIRANDA, Lucina Lobo, apud SOUZA Solange Jobim e (Org). *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: 7letras, 2000.
- POTRELLA, Ricardo. *Os obstáculos no caminho de Copenhague*. Le monde Diplomatique Brasil, Dezembro 2009.
- REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza* Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Boaventura Souza de. *Em busca da cidadania global*. Disponível em: <http://www.veraz.com.br>. 2003.

SANTOS, Boaventura, Sousa de. *Um discurso sobre as ciências*. 11^a ed. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

SOUZA, Solange Jobim. *Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. Campinas:

Papirus, 1994. SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.